

Ficha Técnica

Direcção de Publicação:

Ana Tarouca

Pedro Pires

Revisão de texto:

José Brito Soares

Edição:

Instituto de Apoio à Criança

Largo da Memória, 14

1349-045 Lisboa

Periodicidade: Bimestral

ISSN: 1647-4163

Distribuição gratuita

Endereço Internet:

www.iacrianca.pt

Blogue:

[Crianças a torto e a Direitos](#)

Serviço de Documentação:

Tel.: (00351) 213 617 884

Fax: (00351) 213 617 889

E-mail: iac-cedi@iacrianca.pt

Atendimento ao público,
mediante marcação

-De 2ª a 5ª feira, entre as
9.30h e as 16.00h

-6ª feira entre as 9.30h e
as 12.00 horas

Para subscrever este bo-
letim digital envie-nos uma
mensagem para

iac-cedi@iacrianca.pt



Microsof Clipart

Sobre o Decréscimo da Natalidade em Portugal definimos

Taxa de Natalidade

O número proporcional de nascimentos que tem lugar numa determinada área e num determinado período de tempo. [Fonte](#)

Nado-Vivo

É a expulsão ou extração completa, relativamente ao corpo materno e independentemente da duração da gravidez, do produto da fecundação que, após esta separação, respire ou manifeste quaisquer outros sinais de vida, tais como pulsações do coração ou do cordão umbilical ou contração efetiva de qualquer músculo sujeito à ação da vontade, quer o cordão umbilical tenha sido cortado, quer não, e quer a placenta esteja ou não retida.

Taxa de fecundidade geral

Número de nados-vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^3) mulheres em idade fértil).

Índice Sintético de Fecundidade

Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil). O número de 2,1 crianças por mulher é considerado o nível mínimo de substituição de gerações nos países mais desenvolvidos.

Fonte: [Instituto Nacional de Estatística](#)



Sobre Decréscimo da Natalidade em Portugal recomendamos

As representações da Maternidade: retrato de três gerações de mulheres (2013)

Dissertação de Mestrado de Márcia Timóteo: "Ao longo das últimas décadas, as taxas de natalidade e fecundidade em Portugal têm vindo a diminuir progressivamente. Perante este cenário, considerou-se pertinente analisar de que forma as mulheres vivem a maternidade na atualidade. Este estudo tem como objetivo principal compreender as representações da maternidade de três gerações de mulheres portuguesas. Para tal, procurou-se verificar se as condições sociais, económicas e

culturais, predominantes em diferentes épocas de Portugal tiveram impacto na maternidade. O estudo sustentou-se com um enquadramento teórico atualizado e orientado por uma investigação bibliográfica. O estudo empírico baseia-se numa metodologia qualitativa, com recurso à entrevista semi-estruturada, com questões abertas e em profundidade, aplicada a mulheres com filhos, pertencentes às gerações do período Salazarista, do pós 25 de Abril de 1974 e da atualida-

de. Os dados sugerem que as características da sociedade em que as mulheres estão inseridas influenciam a forma como vivem a maternidade. Porém, embora a vida das mulheres, hoje, não se centre unicamente na tarefa de ser mãe, a maternidade continua a ser muito importante para as mulheres portuguesa".

[Disponível on-line »](#)

"A taxa de fecundidade alusiva ao número de nados-vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos), decresceu dos 84,6% em 1971, para os 38,7% em 2011 (Pordata, 2012)".

[Timóteo, 2013: 19](#)

"A taxa de natalidade, isto é, o número proporcional de nascimentos que tem lugar numa determinada área e num determinado período de tempo, ao longo de décadas tem sofrido um decréscimo muito acentuado. De acordo com a fonte já citada, Pordata (2012), em 1960 a taxa bruta de natalidade era de 24,1%. Dez anos depois, em 1970, teve uma ligeira diminuição, passando para os 20,8%. Em 1980 e 1990, situou-se nos 16,2% e nos 11,7 respetivamente. No ano 2000, o valor pouco oscilou, todavia, em 2011 encontrava-se nos 9,2%. Observando estes dados, é possível atestar um elevado decréscimo no número de nascimentos. (...)

Segundo o Estudo realizado por Maria Filomena Mónica sobre a evolução dos costumes entre 1960 e 1995, Portugal um país com uma taxa de natalidade muito alta, tornou-se, em pouco mais de duas décadas num dos países com a menor taxa de natalidade da Europa".

[Timóteo, 2013: 20](#)

Associado à descida da taxa de natalidade e fecundidade, as mulheres têm filhos cada vez mais tarde. Em 1960, a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho era de 25 anos. No ano 2000, a idade sobe para os 26,5 anos e em 2011, situa-se nos 29,2 anos (Pordata, 2012).

Através dos indicadores demográficos nacionais apresentados, é possível detetar várias alterações na sociedade portuguesa, ao nível dos comportamentos da população, nomeadamente:

- Aumento significativo da esperança média de vida à nascença, o que faz a população viver mais anos;
- Diminuição do número de nascimentos;
- Decréscimo acentuado das taxas de fecundidade, com a consequente diminuição do número de filhos por casal e da dimensão média das famílias.

[Timóteo, 2013: 21](#)



Getty Images

“(...) para Ana Nunes de Almeida (2004), a comprovada queda da fecundidade está estreitamente relacionada com:

- a descida da mortalidade (adulta, mas sobretudo infantil),
- melhoria das condições higiénico-sanitárias ou dos regimes alimentares da população,
- o recurso massivo à contraceção moderna,
- atraso da idade de entrada na conjugalidade e no casamento, devido ao alongamento e qualificação crescente das carreiras escolares, em especial das raparigas,
- entrada mais tarde dos jovens no mercado de trabalho;
- continua subida das taxas de atividade feminina;
- persistente conservação dos padrões desiguais de divisão do trabalho entre os sexos nas tarefas domésticas, o que origina uma sobrecarga para as mulheres mães.
- aumento dos encargos com a escolarização das crianças. Na sociedade de consumo ocidental, os filhos deixam de ter uma função produtiva e tornam-se, cada vez mais, um custo para os pais, de quem dependem por períodos de tempo cada vez maiores, dado o aumento dos percursos escolares”.

[Timóteo, 2013: 22](#)

As decisões reprodutivas na sociedade portuguesa: elementos para uma reflexão sobre o alcance e os limites das políticas públicas na natalidade (2012)

Artigo de Vanessa Cunha. [Disponível on-line »](#)

Nos finais dos anos 50 Portugal destacava-se no contexto europeu pelas elevadíssimas taxas de fecundidade. Apesar das tentativas de controlo da natalidade, a procriação era vista como um destino da vida conjugal e a criança o seu produto natural (Almeida, 2011). O surgimento de uma alteração na fecundidade e na natalidade em Portugal, segundo Almeida (2011, p.153), originou que: à semelhança do que se sucede nos países da Europa do Sul, a partir de 1980 em Portugal ocorre uma descida acentuada dos indicadores de fecundidade e natalidade. Nasce cada vez menos crianças, o primeiro nascimento ocorre em idades mais tardias das mães, a dimensão média das descendências cai a pique.

Nesta perspetiva, a proporção de gerações altera-se. Assiste-se a um aumento dos laços verticais e a uma diminuição dos laços colaterais. Ter filhos deixa, portanto, de ser um destino biológico obrigatório. Representa uma opção racional, ajustada às etapas da vida pessoal ou conjugal e uma fonte única de gratificação afetiva.

Para Almeida (idem), a criança é pensada e feita por medida. Tal é possível, devido à eficiência no acesso à contraceção médica, que permite a escolha não só do número de filhos, como da altura em que se pretende tê-los. Aliado a estes factos surgem as mudanças de valores, referidas anteriormente, dos portugueses sobre a sexualidade e o corpo, o casal e a família.

[Timóteo, 2013: 49](#)



“Com este trabalho, cujo objetivo principal era compreender as representações da maternidade de mulheres portuguesas, verificou-se que as representações que as mulheres formulam sobre a maternidade são influenciadas pelo meio social económico e cultural. Porém, apesar de na sociedade atual as mulheres investirem noutras áreas, como a profissional, antes de ter filhos, não se pode falar de uma desvalorização da maternidade, mas sim de uma alteração nas representações que possuem acerca da maternidade.

A maternidade continua a ser importante na vida das mulheres, pois, embora, a decisão de ter filhos ou as datas dos nascimentos sejam atualmente geridas em função dos ritmos e objetivos da vida, as mulheres reorganizam as suas vidas de modo a não ter de abdicar da experiência da maternidade”.

Timóteo, 2013: 103



sxc.hu

Acerca da eficácia das (recentes) políticas públicas de combate ao envelhecimento em Portugal: algumas lições do passado (2012)

Artigo de Maria Filomena Mendes [et al.]: “Neste estudo, o objetivo é avaliar até que ponto as medidas com vista à alteração do rendimento das famílias são eficazes na correção das suas decisões de fecundidade. Assim, a partir da estimação estatística de um modelo relacionando a constituição do agregado familiar, no

que diz respeito em particular ao número de filhos, com o seu rendimento, pretende-se verificar até que ponto um acréscimo do rendimento provoca um efeito significativo no número de filhos. Espera-se, assim, analisar a adequação dos resultados alcançados com a aplicação do modelo aos objetivos subjacen-

tes às medidas de política definidas, atendendo aos contributos para a atenuação do processo de envelhecimento da população portuguesa”. Da página 58 à 76.

Disponível on-line »

Natalidade e mortalidade infantil em Portugal: otimismo e realismo (2012)

Artigo de João Videira Amaral. [Disponível on-line »](#)

Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: o papel das medidas de política (2012)

Artigo de Maria Filomena Mendes: "Numa referência recente à recuperação da fecundidade das gerações, Goldstein [et al.] (2011) mencionaram que, de um grupo de 34 países, só 5 ainda mantêm o declínio no seu nível de fecundidade: 3 pertencem à Europa do Leste (Eslováquia, Hungria e Polónia), 1 à Europa do Sul (Portugal) e 1 à Ásia (Coreia). O Relatório sobre a Situação da População Mundial, feito pelo Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e apresentado em 2011, estima para o nosso país, uma das mais baixas fecundida-

des do Mundo. Face a tão preocupante diagnóstico, pretendemos refletir sobre as razões que conduziram à situação atual em Portugal dando particular ênfase à evolução da diminuição do número de filhos por mulher e ao efeito do adiamento na idade em que, em média, as portuguesas têm os seus filhos. Em regra, o desejo, manifestado em diversos inquéritos, de uma dimensão familiar bastante superior aos valores efetivamente verificados, conduz à expectativa de que, se forem garantidas as condições mínimas para a concretização

daqueles desejos, o nível de fecundidade aumentará de imediato. Aparentemente, o papel dos governos poderá ser, através de diferentes medidas de política, o de possibilitar às famílias o preenchimento daquele suposto desvio. Tentaremos aqui, perante esta textura, equacionar os eventuais efeitos da atual crise económica e financeira nas decisões de fecundidade dos portugueses."

[Disponível on-line »](#)

“Se, a partir de 1982, deixámos de substituir as gerações (último ano em que o ISF registou o valor de 2,1, limiar mínimo que garante a renovação das gerações numa população que registe uma mortalidade baixa), foi, no entanto, a partir do ano 2000 que Portugal passou a situar-se entre os países de mais baixa fecundidade a nível mundial, dado que aquele indicador se passou a situar, pela primeira vez, abaixo do limite de 1,5 filhos, em média, por mulher. Este último valor é considerado na literatura como crítico para a sustentabilidade de qualquer população, tal como a manutenção de uma fecundidade durante um longo período abaixo deste patamar implicará consequências graves também em termos sócio-demo-económicos. Ao manter durante um longo período uma fecundidade tão baixa, as gerações vão tendo sucessivamente uma menor dimensão, condicionando por sua vez o número de futuros nascimentos (que mesmo num quadro de aumento da fecundidade, o número de nascimentos poderá continuar a diminuir). Simultaneamente, à medida que reduziam o número de nascimentos, as mulheres portuguesas aumentavam gradualmente a idade em que, em média, tinham os seus filhos e, assim, surpreendentemente, registámos valores na idade média da fecundidade no final do período (2010) muito semelhantes aos do início do período (1950), respetivamente, 29,9 e 30,2 anos”.

[Mendes, 2012: 96](#)

Um olhar sociológico sobre a infância e as crianças em Portugal (2011)

Artigo de Manuel Sarmento [et al.]: "Este texto procura caracterizar a situação da infância em Portugal a partir de um conjunto alargado de indicadores. A demografia será um deles, refletindo acerca da tendência de acelerada diminuição do número de crianças em Portugal. Detemo-nos depois nas

transformações da estrutura familiar e nas práticas de educação familiar das crianças. Seguidamente analisamos a evolução da legislação portuguesa, caracterizando-a nos planos da educação, saúde e justiça. A análise das políticas de proteção confronta-nos de seguida, com as políticas para

as crianças 'das margens' face ao mau-trato e à negligência. Antes de concluirmos, apresentamos alguns indicadores da relação da criança com a cultura".

[Disponível on-line »](#)

"(...) em Portugal, as mulheres adiam consideravelmente o nascimento do primeiro filho; na generalidade, decidem ter apenas um único filho; e, para além disso, as que decidem ter mais do que um filho, na sua maioria, optam por um intervalo muito estreito entre nascimentos".

[Mendes, 2012: 96](#)



Photobucket

"The Vienna Institute of Demography of the Austrian Academy of Science numa intervenção conjunta com o International Institute for Applied Systems Analysis (2011) referem que a recessão económica de nível global de 2008-2009 foi seguida por um declínio das taxas de fecundidade na Europa e nos EUA, dando fim ao primeiro aumento concertado da fecundidade no mundo desenvolvido desde 1960. Também identificaram quais os grupos específicos que estão a ser mais afetados pela recessão. "Thomas Sobotka (2011) diz que os mais novos e os que ainda não têm filhos serão aqueles que, provavelmente, menos filhos terão durante a recessão. As mulheres mais educadas reagem à recessão e à incerteza do emprego adiando o nascimento dos filhos, adotando uma estratégia de adiamento. Referem ainda que o aumento do desemprego e a instabilidade do emprego são fatores decisivo desta tendência".

[Mendes, 2012: 106](#)

Variabilidade ou convergência? Análise regional da fecundidade em Portugal (1980-2009) (2011)

Dissertação de Mestrado de Fábio Cruz: "Esta investigação estuda as diferenças regionais da fecundidade com o objetivo de apurar se há uma tendência para o aumento ou para a diminuição das assimetrias entre regiões de Portugal.

[Disponível on-line »](#)

Portugal no contexto da Europa do Sul: uma paisagem demográfica fortemente envelhecida (2011)

Artigo de Maria Manuel Vieira: "A paisagem demográfica europeia revela um predomínio de contração da população mais jovem. No interior do espaço europeu, observam-se porém variações significativas. Neste caso, a Europa do Sul sobressai como uma das regiões que

apresenta uma menor proporção de população jovem de entre o conjunto da sua população.

Portugal segue o mesmo padrão: apenas no norte do país (bem como nos Açores e na Madeira) a proporção dos que possuíam menos de 30 anos

supera os 37% da população. Valores mais reduzidos verificam-se no centro e em todo o sul do país (jovens representam apenas 34% da população em Lisboa)". (P. 1)

[Disponível on-line »](#)

O efeito das políticas sociais na sustentabilidade demográfica do sistema de pensões português (em comparação com os sistemas francês, alemão e dinamarquês) (2009)

Dissertação de Mestrado de Susana Mendes: "A generalidade dos países da Europa Ocidental confronta-se com a diminuição das taxas de fertilidade e um progressivo aumento do envelhecimento populacional. Esta situação reflecte-se na sustentabilidade demográfica dos sistemas de pensões em particular nos países que sustentam o financiamento das pensões na redistribuição das gerações mais jovens a favor das gerações mais velhas. Tem sido dada maior importância a fatores de natureza endógena, tais como a promoção do envelhecimento ativo ou a introdução de um sistema de capitalização, como sendo melhor explicativos para a sustentabilidade dos sis-

temas de pensões. É nosso objetivo averiguar se a fertilidade deve continuar a ser considerada como uma variável exógena, ou, se pelo contrário devemos considerá-la como endógena. Este trabalho centra a sua atenção no caso português, em comparação com os casos da Dinamarca, França e Alemanha. A investigação foi feita considerando apenas a sustentabilidade demográfica do sistema de pensões. Consideramos que a taxa de fertilidade não é decidida tendo por base apenas variáveis económicas, mas também, e sobretudo, pelo tipo de políticas de apoio às famílias que caracteriza cada país. É feita uma análise individual de cada país, seguida de

uma análise *cross-section*, onde confrontamos indicadores económicos, sociais e demográficos para posteriormente expormos a evolução das políticas sociais em matéria de apoio às famílias, nos países em referência. Demonstramos por um lado que a existência de diferentes políticas de apoio às famílias se traduz em diferenças significativas ao nível da fertilidade, e, por outro, que as políticas de promoção da natalidade em concreto as políticas sociais de apoio às famílias, influenciam de forma positiva a evolução da fertilidade".

[Disponível on-line »](#)

“Temos ouvido falar na diminuição das taxas de fertilidade, mas esta diminuição tem-se revelado mais preocupante a partir da década de 90, onde muitos países da Europa Ocidental passaram a registar taxas de fertilidade tão baixas que já não permitem a renovação das gerações. Segundo estudos da OCDE essa taxa de substituição deveria situar-se à volta dos 2,2 filhos por mulher, mas, no caso português esse valor está bastante abaixo, sendo, de acordo com o Eurostat de 1,33 (valores de 2007). Para além deste fator temos o aumento da esperança média de vida, onde o número de pessoas com mais de 65 anos tem vindo a aumentar no nosso país (passou de 15% em 1996 para 17,3 em 2007). Isto significa que se não se inverter a tendência da taxa de natalidade, o país ficará cada vez mais envelhecido. Significa ainda que teremos cada vez menos população ativa para uma população inativa cada vez maior. Deste modo fica comprometida a sustentabilidade dos sistemas de pensões em especial nos países onde há uma redistribuição das gerações mais jovens para as gerações mais idosas, penalizando-se as primeiras. Esta argumentação parte do pressuposto de que não há imigração, caso contrário é perfeitamente possível ter um aumento da população ativa apesar da diminuição da natalidade.

A par desta situação, ocorreram transformações sociais, culturais e económicas que modificaram as condições existentes. O desemprego aumentou, a família tradicional alterou-se (onde o homem era encarado como o “ganha pão” e a mulher tinha a responsabilidade de cuidar dos filhos e dos mais velhos), a participação da mulher na vida ativa aumentou, o crescimento económico abrandou”.

[Mendes, 2009: 11](#)



Fecundidade das populações e das gerações em Portugal, 1960-2005 (2008)

Artigo de Isabel Tiago de Oliveira. [Disponível on-line »](#)

“De acordo com algumas referências mais recentes sobre estudos demográficos, nomeadamente a do INE - Projeções de População Residente em Portugal 2008-2060, verifica-se que nos próximos 50 anos se manterá a tendência de envelhecimento demográfico “em qualquer dos cenários considerados, a proporção de jovens (menos de 15 anos) reduzir-se-á (de 15,3% em 2008 para 11,9% em 2060, no cenário central), tal como a percentagem da população em idade ativa (de 67,2% em 2008 para 55,7%, no cenário central). Tal sucede em oposição ao aumento considerável do peso relativo da população com 65 ou mais anos de idade, que no cenário central quase duplicará (passando de 17,4% em 2008 para 32,3% em 2060)”.

[Mendes, 2009: 29](#)

“O Anuário Estatístico de Portugal 2007 da autoria do INE dá-nos conta das alterações demográficas e sociais que se têm registado no nosso país, nomeadamente, o abrandamento do crescimento populacional e a desaceleração do crescimento migratório, “um envelhecimento progressivo da população, em consequência da conjugação da diminuição da fecundidade e do aumento da longevidade”. A par desta situação assiste-se igualmente a uma diminuição das taxas de casamento e aumento das taxas de divórcio e ao aumento da idade com que os homens e as mulheres casam e têm o primeiro filho”.

[Mendes, 2009: 31](#)

“Como se refere acima, em 2007, Portugal foi alvo de mais uma reforma do sistema de segurança social, consagrado na Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, a qual aprova as bases gerais do sistema de segurança social. O artigo 27.º da referida lei refere-se à promoção da natalidade “a lei deve estabelecer condições especiais de promoção da natalidade que favoreçam a conciliação entre a vida pessoal, profissional e familiar e atendam, em especial, aos tempos de assistência a filhos menores” e a necessidade de se “promover o desenvolvimento de equipamentos sociais de apoio na primeira infância, de mecanismos especiais de apoio à maternidade e à paternidade e na diferenciação e modulação das prestações”.

[Mendes, 2009: 33-34](#)

Uma análise de causalidade entre o número de casamentos e de nascimentos em Portugal (2008)

Artigo de António Caleiro: "A existência de uma marcada sazonalidade no número de nascimentos que se verificam ao longo dos diversos meses do ano em Portugal, detetada em trabalho complementar a este, a qual se mostra robusta face à tendência claramente decres-

cente na fecundidade que se tem verificado no nosso país, levanta uma questão que se prende com a existência de fatores explicativos daquele facto. No que diz respeito a estes fatores, a literatura aponta para uma possível influência da sazonalidade que caracteriza o

número de casamentos. (...) A principal conclusão é que os casamentos continuam a apresentar-se como fatores explicativos dos nascimentos, não se verificando, contudo, uma causalidade inversa".

[Disponível on-line »](#)

"No que diz respeito aos custos dos filhos (fazendo a distinção entre os dois progenitores) torna-se interessante chamar a atenção para o facto de a realidade portuguesa, no que concerne ao mercado laboral feminino, se apresentar distinta em relação à maioria dos países do resto da Europa e também dos Estados Unidos. Na verdade, existem indícios de que a acrescida participação das mulheres (independentemente de terem filhos ou não) no mercado de trabalho resulta de diversas necessidades, inclusive económicas. Deste ponto de vista, tendo em conta os custos monetários de um filho, torna-se plausível um aumento nas taxas de emprego das mulheres (e também dos homens), conforme mostram estudos recentes da União Europeia no âmbito do programa EQUAL. Este aumento nas taxas de emprego tem, no entanto, consequências aparentemente distintas no que ao género diz respeito. Na verdade, a literatura aponta para o facto de os empregadores considerarem os homens casados (e com filhos) como sendo mais responsáveis, mais motivados e, logo, mais produtivos, daí resultando um salário mais elevado, o mesmo não acontecendo com as mulheres casadas (com filhos) já que estas tendem a ser consideradas como potencialmente menos produtivas, daí resultando uma penalização em termos salariais e de progressão na carreira".

[Caleiro, 2008: 4-5](#)

Educação e fecundidade em Portugal: as diferenças nos níveis de educação influenciam as taxas de fecundidade? (2006)

Artigo de Maria Filomena Mendes [et al.]: "Portugal é um dos países europeus com mais baixos níveis de rendimento (apenas 68,7% do PIB per capita em 2003), baixos níveis de qualificação no mercado de trabalho (cerca de 40% da população ativa, em 2002, não tinha qualquer nível de instrução ou

tinha apenas o 1º ciclo do ensino básico) e, simultaneamente com reduzidos níveis de fecundidade (em média, 1,4 filhos por mulher, em 2004). Efetivamente, este cenário coloca sérios desafios a Portugal, no que respeita à melhoria do comportamento destas variáveis. Assim, com esta comunicação

propomo-nos, a partir de dados estatísticos para os concelhos de Portugal continental, analisar a existência de inter-relações entre as diferenças nos níveis de educação – particularmente das mulheres – e o número médio de filhos".

[Disponível on-line »](#)

Filhos do Adeus. (Des)sincronização familiar e fecundidade depois dos 40 anos no Portugal contemporâneo (2003)

Tese de Mestrado de Rosalina Costa: "Numa altura em que as práticas contraceptivas são altamente eficazes e o seu uso generalizado, assiste-se, em grande parte das sociedades ocidentais contemporâneas, a um adiamento progressivo da entrada na maternidade, aproximando-a do limite biológico. A

partir de uma pergunta de partida que equaciona a forma como a fecundidade depois dos 40 anos se articula com as alterações recentes sobre o tempo familiar, este trabalho procura, de forma mais específica, analisar criticamente o processo de construção social do tempo familiar, caracterizar a evolução

recente da fecundidade após os 40 anos em Portugal, traçar o perfil das mulheres que na atualidade têm filhos depois dos 40 e formular hipóteses sobre as determinantes da fecundidade tardia".

[Disponível on-line »](#)



sxc.hu

“Até aos anos 60, Portugal detinha, no contexto europeu, elevadas taxas de natalidade e fecundidade, traduzidas em descendências numerosas, aliadas a uma realidade profundamente contrastada no seu interior em que o norte do país apresentava valores máximos que se opunham aos distritos meridionais, sobretudo os do interior e de Lisboa, onde incidiam valores mínimos (Almeida & Wall 1995). Uma queda brutal e recente e ainda uma dispersão regional muito uniforme constituem as duas viragens decisivas da fecundidade em Portugal a partir de então (Almeida & Wall 1995) mas as alterações não se ficaram por aqui. De forma mais específica, a homogeneização do número de filhos, a redução do número de nascimentos de ordem elevada, o retardamento da idade média ao nascimento do primeiro filho, a concentração do período reprodutivo num menor número de anos e ainda a redução da idade média ao último nascimento marcam de forma indelével a evolução recente da fecundidade em Portugal”.

[Costa, 2003: 104](#)

“Em suma, o conjunto de alterações registadas na evolução recente da fecundidade é essencialmente e simultaneamente de duas ordens de razão: alterações no quantum e no timing da fecundidade. Quanto às primeiras, incluem-se aí as alterações operadas ao nível do número de filhos por mulher ou casal, designadamente a homogeneização do número de filhos por um lado e a redução do número de filhos de ordem elevada por outro. No que respeita às alterações de timing, ou seja, alterações no calendário da fecundidade que dá conta da cadência e da temporalidade associadas à entrada dos filhos na família e da idade em que tais nascimentos ocorrem, são de salientar um retardamento da idade média ao nascimento do primeiro filho, a concentração do período reprodutivo num menor número de anos e ainda a redução da idade média ao último nascimento. O conjunto de alterações registadas traduzem, em síntese, a ideia de que nos reproduzimos cada vez menos e, para além disso, começamos a fazê-lo cada vez mais tarde e terminamos mais cedo (Requena, 1997)”.

[Costa, 2003: 108-109](#)

“Controlada e instrumentalizada, a fecundidade é moldada de acordo com as intenções específicas da mulher ou do casal, autonomizando-se relativamente ao controlo social e ao costume. Ter um filho tornou-se cada vez mais o resultado de decisões livres do casal e estas decisões livres só podem ser tomadas a partir do momento em que esses mesmos casais têm nas suas mãos as rédeas que permitem controlar a fecundidade. A individualização ou a autogestão da fecundidade, fruto de decisões voluntárias, privadas e individuais dos casais constitui por isso outra característica marcante da fecundidade contemporânea (...) e aquela que permite “fechar o círculo”.

[Costa, 2003: 112](#)



Dados estatísticos

Projeções de população residente 2012-2060 (2014)

Documento disponibilizado pelo INE em 28 de Março do corrente ano: “A população residente em Portugal tenderá a diminuir até 2060, em qualquer dos cenários de projeção. No cenário central a população diminui de 10,5 milhões de pessoas, em 2012, para 8,6 milhões de pessoas, em 2060. Para além do declínio populacional esperam-se alterações da estrutura etária da população, resultando num continuado e forte envelhecimento demográfico. Assim, entre 2012 e 2060, o índice de envelhecimento aumenta de 131 para 307 idosos por cada 100 jovens, no cenário central. Nesse mesmo período e cenário, o índice de sustentabilidade potencial passa de 340 para 149 pessoas em idade ativa por cada 100 idosos”.

[Disponível on-line »](#)

“HIPÓTESES DE EVOLUÇÃO DAS COMPONENTES DEMOGRÁFICAS

Fecundidade

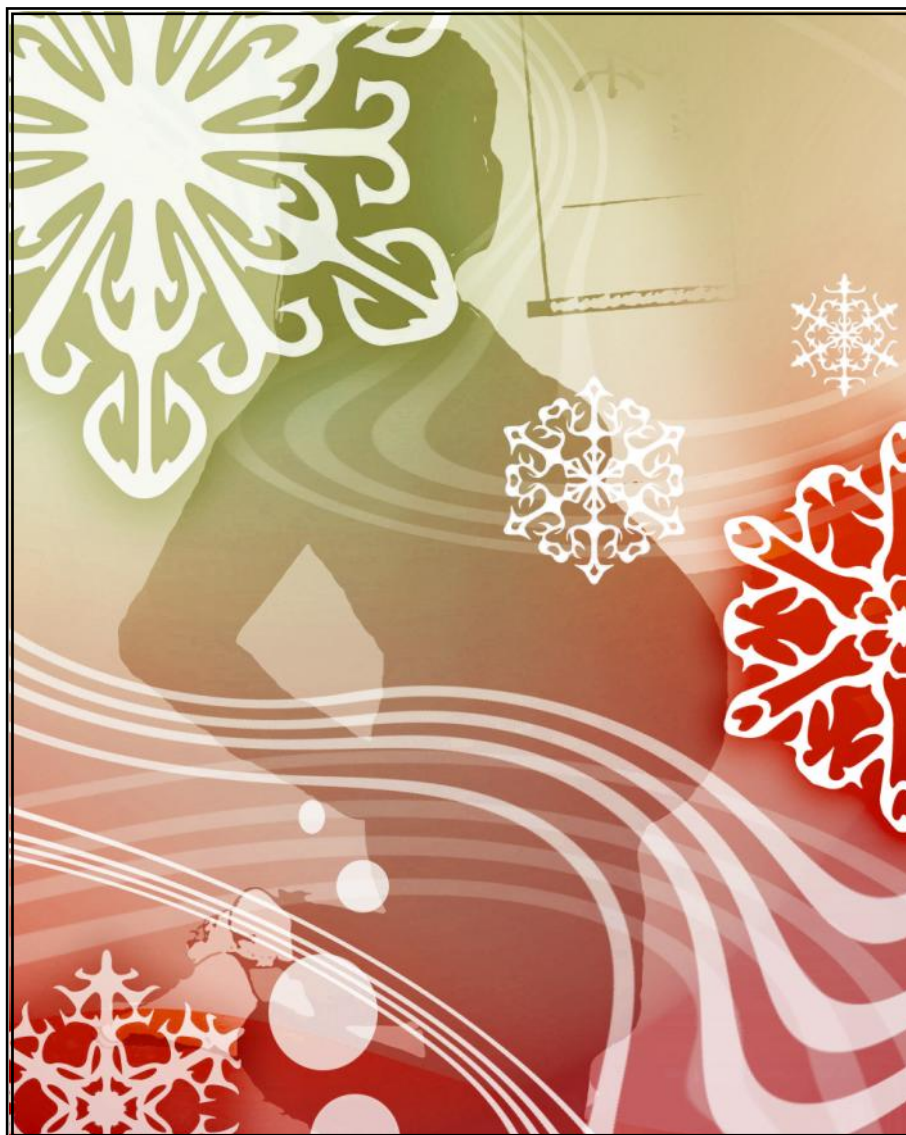
Relativamente à componente fecundidade definiram-se três hipóteses alternativas de evolução, para Portugal, entre 2012 e 2060. Hipótese pessimista – que pressupõe a manutenção do índice sintético de fecundidade (ISF) próximo de 1,30 crianças por mulher (1,28 em 2012). Hipótese otimista – que pressupõe uma recuperação do ISF, atingindo 1,80 crianças por mulher em 2060. Esta hipótese tem em consideração os resultados do Inquérito à Fecundidade, realizado pelo INE em 2013 (IFEC2013), segundo os quais a “fecundidade final esperada” (número médio de filhos já tidos e ainda esperados) das mulheres dos 18 aos 49 anos de idade residentes em Portugal apresentava este valor, permitindo sustentar algum otimismo na recuperação do ISF. Hipótese central – que pressupõe uma recuperação moderada dos níveis futuros de fecundidade, com o ISF a atingir em 2060 um valor central entre as duas hipóteses anteriores: 1,55 crianças por mulher”.

[INE, 2014: 2](#)

Anuário Estatístico – 2012 (2014)

Da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística: “O Instituto Nacional de Estatística divulga a sua principal publicação de referência, o Anuário Estatístico de Portugal. O Anuário Estatístico de Portugal 2012 está dividido em quatro grandes capítulos – O Território, As Pessoas, A Atividade Económica e O Estado – e vinte e oito subcapítulos com tabelas de dados. A publicação inclui ainda uma breve análise com a evolução dos principais indicadores face a 2012 e comparações de Portugal com a União Europeia”. Damos especial ênfase às páginas 1 a 3.

[Disponível on-line »](#)



sxchu

Como evoluíram as famílias em Portugal? (2013)

Da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística: "Em Portugal a dimensão média das famílias reduziu-se significativamente em 50 anos, passando de 3,8 pessoas por família, em 1960, para 2,6 pessoas, em 2011. O casal (com e sem filhos) continua a ser a forma predominante de organização da vida familiar (62% das famílias em 1960 e 59% em 2011). Nos últimos 50 anos assistiu-se ao aumento do peso relativo dos casais sem filhos (de 15% em 1960, para 24% em 2011), dos núcleos familiares monoparentais (de 6% em 1960, para 9% em 2011) e das pessoas que vivem sós (de 12% em 1960, para 20% em 2011) e à diminuição do peso das famílias complexas (de 15% em 1960, para 9% em 2011)".

[Disponível on-line »](#)

“A desaceleração do crescimento demográfico e, mais recentemente, o decréscimo populacional, a par de um contínuo processo de envelhecimento demográfico, consubstanciam as linhas gerais de caracterização da situação demográfica recente em Portugal;

O saldo natural tem apresentado uma tendência de decréscimo continuado, tendo atingido valores negativos em 2007, ano em que pela primeira vez, nas últimas décadas, se registou em Portugal um número de óbitos superior ao de nascimentos.

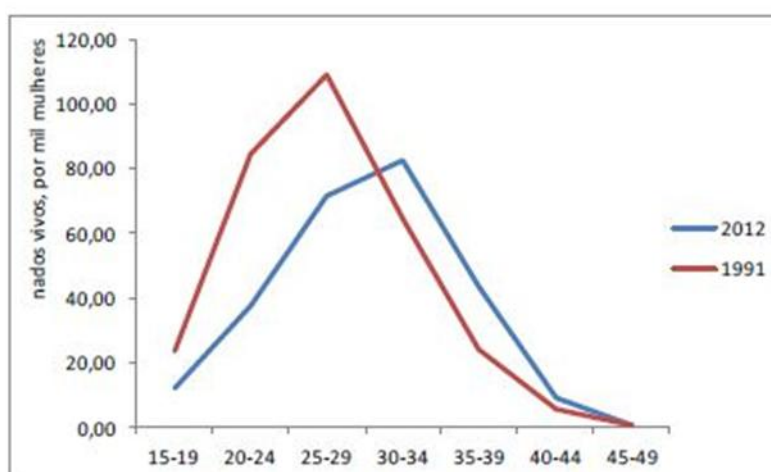
Nos anos de 2009 e seguintes o saldo natural foi de novo negativo, tendo-se agravado particularmente em 2012; (...)

Esta evolução reflete-se em profundas alterações no modelo de mortalidade e fecundidade ocorridas em Portugal nas últimas décadas:

- **Redução das taxas de mortalidade nas idades jovens, principalmente a redução da mortalidade infantil;**
- **Aumento da sobrevivência em idades avançadas;**
- **Queda das taxas de fecundidade, especialmente nos grupos mais jovens de mulheres em idade fecunda (Figura 4);**
- **Adiamento continuado, por parte das mulheres, do nascimento dos filhos, principalmente do primeiro filho.**

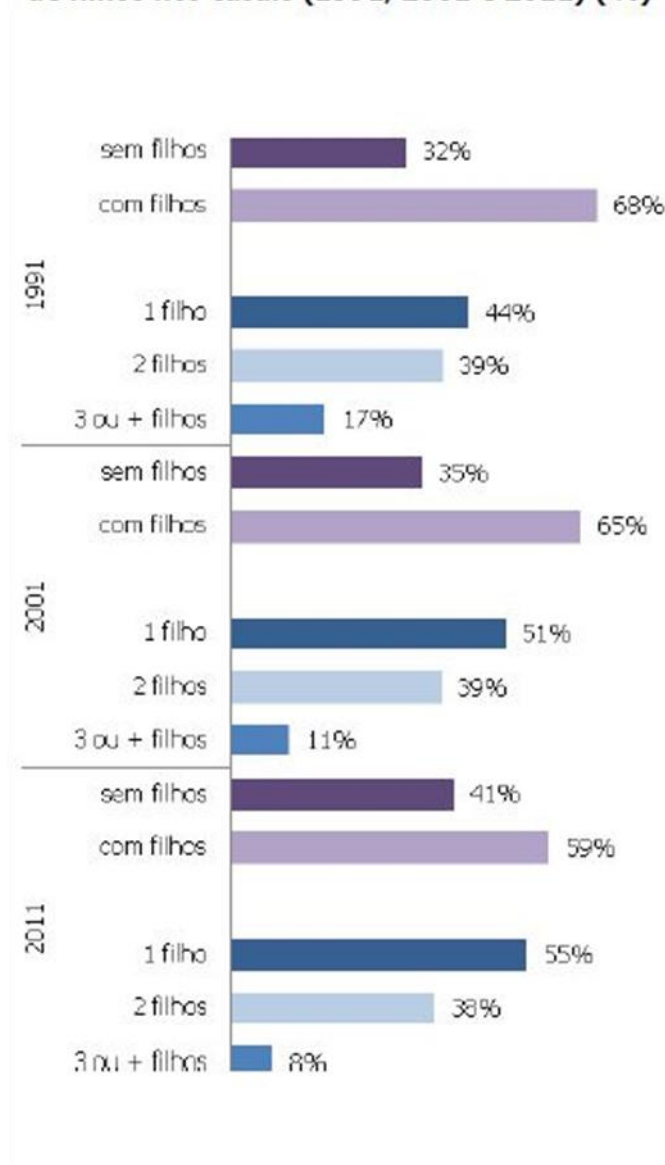
[INE, 2013: 2-3](#)

Figura 4 - Taxas de fecundidade específicas por grupo etário, 1991 e 2012



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas.

Figura 12 - Casais com e sem filhos e número de filhos nos casais (1991, 2001 e 2011) (%)



Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

Número de nados vivos volta a diminuir – 2012 (2013)

Da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística: "O número de nados vivos desceu para 89.841 (96.856 em 2011) e o número de óbitos aumentou para 107.612 (102.848 em 2011). O número de casamentos manteve a tendência decrescente (34.423, menos 1.612 do que em 2011) e o número de divórcios reduziu-se pela segunda vez consecutiva (25.380, menos 1.371 do que em 2011). Em 31 de dezembro de 2012, a população residente em Portugal foi estimada em 10.487.289 pessoas, menos 55.109 do que a população estimada para 31 de dezembro de 2011". (P. 1)

[Disponível on-line »](#)

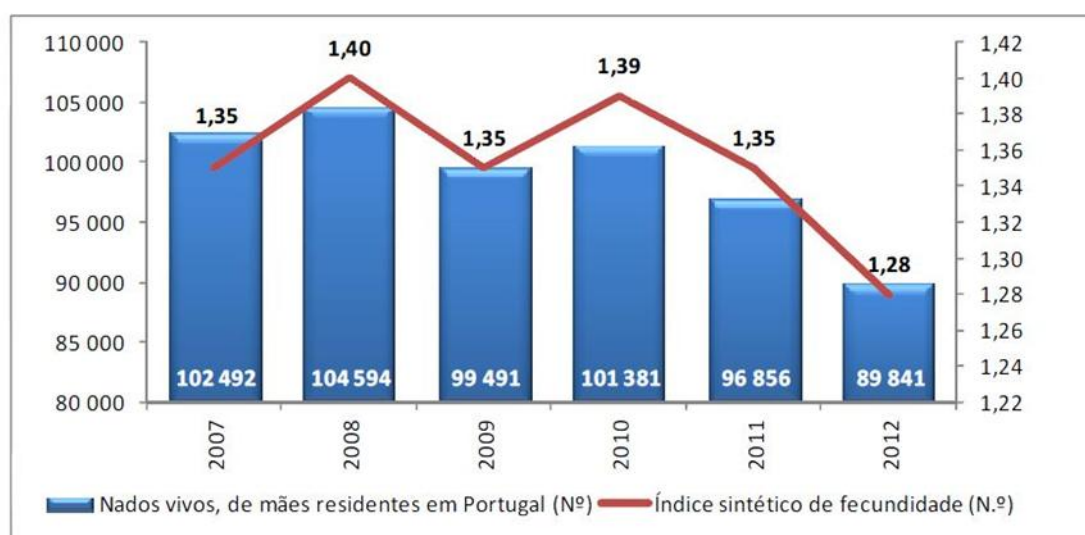
“Em 2012, o número de nados vivos de mães residentes em Portugal foi de 89.841, menos 7,2% do que em 2011 (96 856), descendo, pela primeira vez desde que há registos, abaixo de 90 mil nados vivos.

Neste ano, o índice sintético de fecundidade foi de 1,28 filhos (1,35 em 2011), atingindo o valor mais baixo de sempre.

A idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho foi de 29,5 anos e a idade média da mulher ao nascimento de um filho foi de 31 anos (29,2 anos e 30,9 anos, respetivamente, em 2011), mantendo-se a tendência de adiamento da idade à maternidade.

[INE, 2013: 2](#)

Nados vivos (Nº) e Índice sintético de fecundidade (Nº), Portugal, 2007-2012



População residente em Portugal volta a diminuir em 2012 (2013)

Da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística: “Em 31 de dezembro de 2012, a população residente em Portugal foi estimada em 10.487.289 pessoas, menos 55.109 do que a população estimada para 31 de dezembro de 2011, o que representou uma taxa de crescimento efetivo de -0,52%. O número de nados vivos desceu para 89.841 (96.856 em 2011) e o número de óbitos aumentou para 107.598 (102.848 em 2011), implicando um saldo natural de -17.757 pessoas. O saldo migratório foi estimado em -37.352 pessoas”.

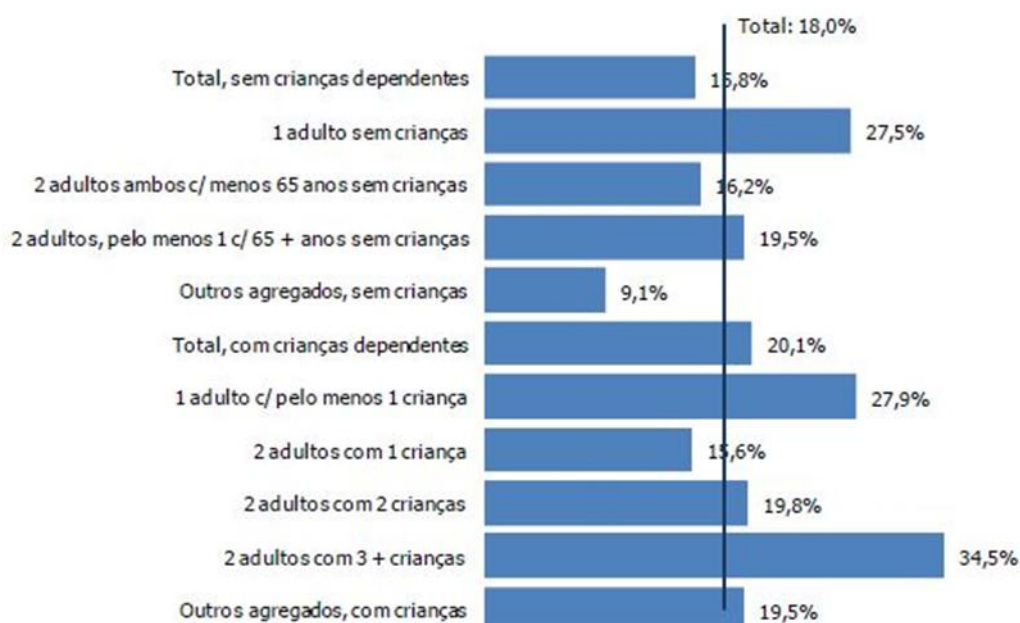
[Disponível on-line »](#)

Como são as famílias em Portugal e que riscos económicos enfrentam (2013)

Da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística: "Em Portugal as famílias são hoje mais e têm menor dimensão média, em consequência do aumento do número das famílias unipessoais e da redução do número de famílias numerosas, indicam os resultados dos Censos 2011. As pessoas que vivem sós são sobretudo idosas/os e mulheres, dois grupos que o Inquérito às condições de vida e rendimento identifica como sendo particularmente afetados pelo risco de pobreza. Também as famílias com crianças dependentes, em particular as famílias numerosas e as famílias monoparentais, são afetadas por riscos de pobreza e intensidade da pobreza elevados".

[Disponível on-line »](#)

Figura 3 - Taxa de risco de pobreza segundo a composição do agregado familiar, 2010



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC) 2011

"O risco e a intensidade da pobreza são mais gravosos para as famílias com crianças dependentes"

De um modo geral, entre 2003 e 2010, as pessoas a viver em agregados com crianças dependentes registaram taxas de risco de pobreza superiores à média da população, acentuando-se esta discrepância a partir de 2007. Eram também um dos grupos com intensidade da pobreza mais elevada, 25,1% em 2010 (figura 7), e com maior vulnerabilidade a situações de privação material (22,8%) (figura 13), particularmente no caso das pessoas que viviam em famílias constituídas por dois adultos e três ou mais crianças dependentes (38,6% com três ou mais dificuldades entre os nove itens selecionados para o indicador de privação material)".

[INE, 2013: 7](#)

O retrato da Mãe que vive com os filhos (2013)

Da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística: "A idade das mães ao nascimento do primeiro filho tem vindo a aumentar. Em 2001 era-se mãe pela primeira vez aos 26,8 anos. Em 2011 a maternidade surge mais tarde, só aos 29,2 anos.

Em Portugal, 2.014.048 mães viviam com os filhos/as, à data dos Censos 2011. A idade média destas Mães era de 45,6 anos. Na sua maioria eram casadas e viviam, em média, com 1,5 filhos.

Cerca de 74,7% das mães vivia em núcleos familiares de casal só com filhos/as comuns. Na última década, registou-se um aumento assinalável (+36,1%) de núcleos familiares monoparentais, em que os/as filhos/as vivem com a mãe. No mesmo período, assistiu-se ao aumento dos núcleos familiares reconstituídos, com filhos de relacionamentos conjugais anteriores. Em 47,9% destes núcleos existiam filhos apenas da mãe."

[Disponível on-line »](#)

População cresceu na última década, apesar de estar a diminuir desde 2010–2011 (2013)

Da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística: "Em 31 de dezembro de 2011, a população residente em Portugal foi estimada em 10.542.398 pessoas, menos 30.323 do que a população estimada para 31 de dezembro de 2010, o que se traduziu numa taxa de crescimento efetivo negativa de 0,29%.

O comportamento do crescimento natural, atingindo valores quase nulos ou mesmo negativos nos anos mais recentes, em conjugação com a desaceleração do crescimento migratório para valores muito reduzidos, ou mesmo negativos como se estima que tenha ocorrido em 2011, tiveram como consequência uma tendência de abrandamento do ritmo de crescimento efetivo da população entre 2001 e 2009 e um decréscimo populacional em 2010 e 2011.

Os factos demográficos registados entre 2001 e 2011 revelam: uma diminuição do número de nados vivos, atingindo em 2011 o valor mais baixo de sempre; uma redução generalizada da mortalidade geral, com aumentos da esperança média de vida às várias idades; uma diminuição do número de casamentos, atingindo-se em 2011 a taxa de nupcialidade mais baixa observada; uma inversão da tendência de crescimento do número de divórcios verificada desde 2001, registando-se em 2011 um valor inferior ao de 2010".

[Disponível on-line »](#)



“O número de nados vivos filhos de mães residentes em Portugal apresentou uma tendência de decréscimo entre 2001 e 2011, ano em que o valor se situou em 96.856 nados vivos (uma diminuição de 4,5% face ao ano anterior), o valor mais baixo desde que há registos. A taxa bruta de natalidade situou-se assim em 9,2 nados vivos por mil habitantes em 2011, o valor mais reduzido de sempre.

Neste contexto de queda da natalidade verificou-se, contudo, um aumento da percentagem de nados vivos de mães de nacionalidade estrangeira residentes em Portugal, tendo passado de 5,2% em 2001 para 10,3% em 2011, embora a percentagem tenha diminuído ligeiramente em relação a 2010 (10,6%)”.

[INE, 2013: 5](#)

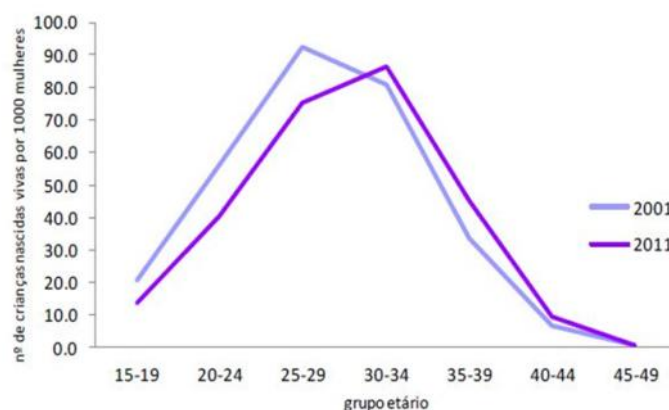
“Os indicadores de fecundidade revelam que as mulheres em idade fecunda (com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos), residentes em Portugal, continuam a adiar a idade ao nascimento dos filhos, mantendo-se o número médio de filhos por mulher muito abaixo do limiar de renovação de gerações (2,1)”.

As taxas de fecundidade específicas das mulheres nos grupos etários acima dos 30 anos registaram um ligeiro aumento entre 2001 e 2011, não tendo contudo compensado a tendência de decréscimo das taxas de fecundidade nos grupos etários mais jovens (entre os 15 e os 29 anos de idade). Da conjugação daquelas tendências resultou a redução do índice sintético de fecundidade (ISF) de 1,45 para 1,35 crianças por mulher, entre 2001 e 2011, sendo o valor de 2011 idêntico ao de 2007 e de 2009, e o mais baixo observado até agora em Portugal.

A idade média da mulher ao nascimento de um filho aumentou de 28,8 anos para 30,9 anos, entre 2001 e 2011; paralelamente, a idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho passou, no mesmo período, de 26,8 anos para 29,2 anos.

[INE, 2013: 6-7](#)

Taxas de fecundidade específicas por grupo etário das mulheres, Portugal, 2001 e 2011



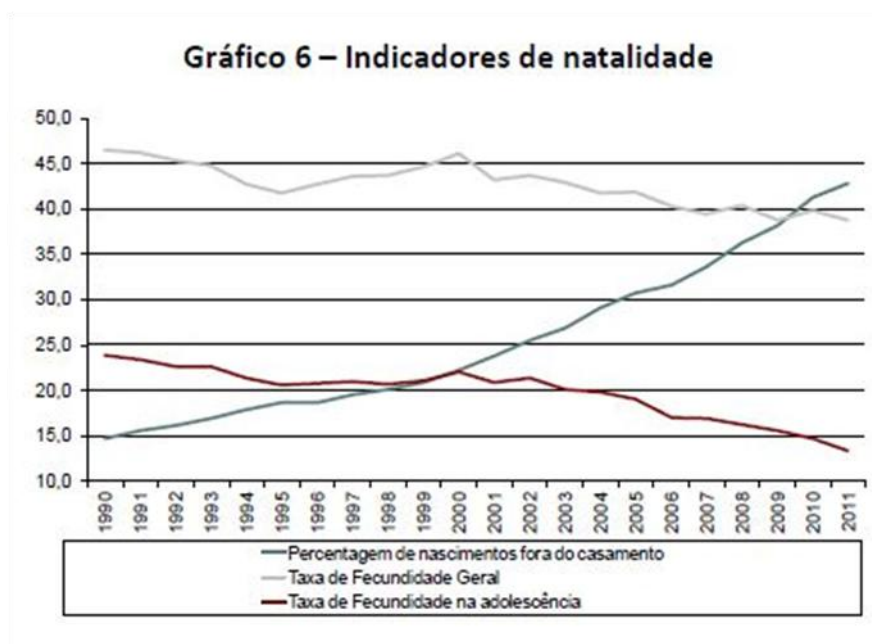
O perfil do pai que vive com os filhos (2013)

Da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística: "Em Portugal, 1 631 376 pais vivem com filhos/as. A idade média dos pais é de 47,1 anos. Na sua maioria são casados e vivem, em média, com 1,5 filhos. A maioria dos pais (92,5%) vive em núcleos familiares de casal só com filhos/as comuns. Na última década, registou-se um aumento assinalável (+33,2%) de núcleos familiares monoparentais, em que os/as filhos/as vivem com o pai. No mesmo período, assistiu-se ao aumento dos núcleos familiares reconstituídos, com filhos de relacionamentos conjugais anteriores da parte do pai. Em 41% dos núcleos reconstituídos os casais têm filhos em comum".

[Disponível on-line »](#)

Informação estatística oficial do país reunida num único volume – 2011 (2013)

Da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística. [Disponível on-line »](#)



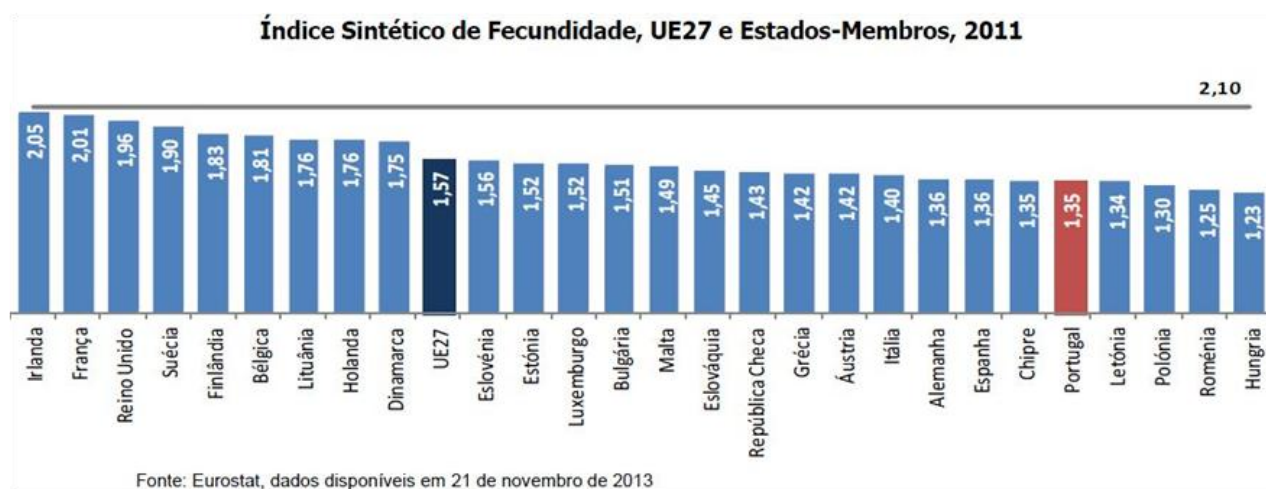
Inquérito à Fecundidade (2013)

Da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística: “É predominante a proporção de pessoas que pensam vir a ter, no máximo, dois filhos. Em média, as pessoas têm 1,03 filhos, pensam vir a ter no máximo 1,77 filhos, e desejariam ter 2,31 filhos. A maioria das pessoas sem filhos tem menos de 30 anos; é porém neste grupo etário que é mais elevada a proporção dos que pensam vir a ter 2 ou mais filhos. Independentemente da situação conjugal, do nível de escolaridade, ou da condição perante o trabalho, é predominante a percentagem das pessoas que pensam vir a ter, no máximo, 2 filhos. A maioria das mulheres (51%) e uma grande percentagem dos homens (46%) tem filhos e não tenciona ter mais.

- “Ver os filhos crescerem e desenvolverem-se” é o motivo mais apontado para a decisão de ter filhos.
- “Custos financeiros associados a ter filhos” é o motivo mais referido para a decisão de não ter filhos.
- “Aumentar os rendimentos das famílias com filhos” foi a medida considerada como o mais importante incentivo à natalidade.

Estes são os primeiros resultados do Inquérito à Fecundidade, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística em parceria com a Fundação Francisco Manuel dos Santos”.

[Disponível on-line »](#)



“A persistente tendência de declínio da fecundidade, mais acentuada a partir de 2010, coloca Portugal entre os países da União Europeia com os mais baixos níveis do Índice Sintético de Fecundidade: 1,35 crianças por mulher em 2011 e 1,28 em 2012”.

[INE, 2013: 1](#)



microsoft clipart

“Não se verificam diferenças assinaláveis entre mulheres e homens quanto ao número médio de filhos que pensam vir a ter e que desejariam ter.

As mulheres dos 18 aos 49 anos têm, em média, 1,08 filhos, e os homens dos 18 aos 54 anos têm, em média, 0,98 filhos.

As diferenças entre mulheres e homens quanto ao número médio de filhos que pensam vir a ter no máximo (cerca de 1,8 filhos) não são expressivas.

O mesmo se aplica à fecundidade desejada: tanto as mulheres como os homens desejariam ter, em média e ao longo da vida, 2,3 filhos.

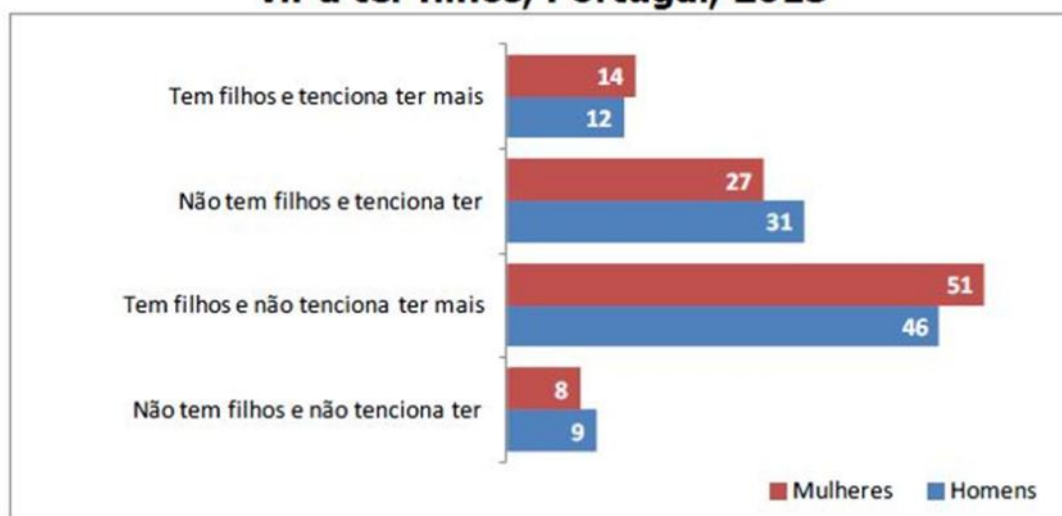
O número ideal de filhos numa família é de 2,4 filhos quer para mulheres quer para homens”.

[INE, 2013: 3](#)

“A idade média em que tiveram o primeiro filho ronda os 26 anos para as mulheres e os 28 anos para os homens, refletindo a tendência destes serem pais mais tardiamente. Para aqueles que ainda não têm filhos mas pensam vir a ter, a idade média com que no máximo querem vir a ter o primeiro filho é cerca de 5 anos superior: 31 anos para as mulheres e 33 anos para os homens”.

[INE, 2013: 4](#)

Mulheres dos 18 aos 49 anos e homens dos 18 aos 54 anos, segundo tem/não tem filhos e pensa/pensa não vir a ter filhos, Portugal, 2013



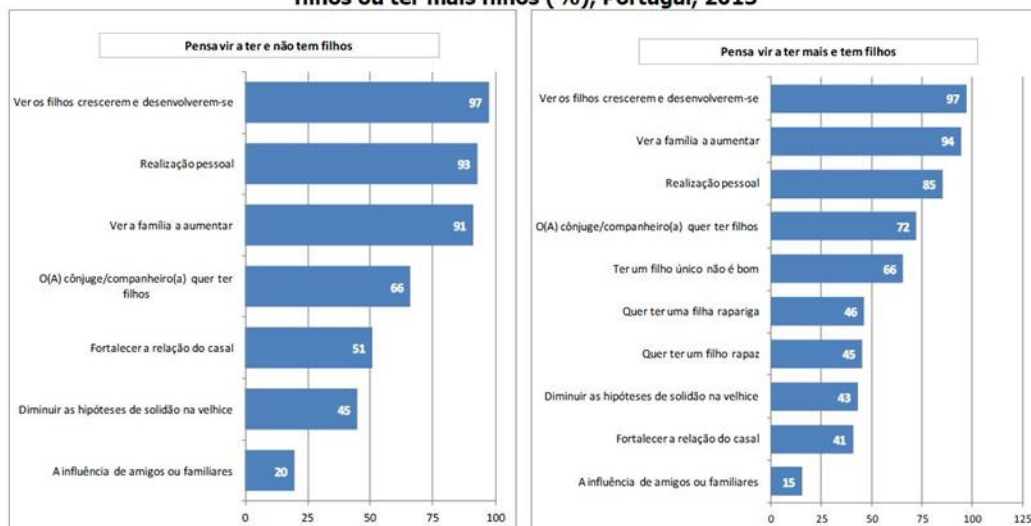
“Decisão de ter mais filhos: a maioria das mulheres (51%) e uma grande percentagem dos homens (46%) tem filhos e não tenciona ter mais

No sentido de uma maior compreensão relativamente à decisão de ter ou não (mais) filhos, considerou-se a seguinte tipologia: (i) pessoas que tencionam vir a ter mais filhos; (ii) pessoas que não tencionam ter mais filhos; (iii) pessoas que não têm filhos mas tencionam vir a ter; e (iv) pessoas que não têm filhos e não tencionam ter.

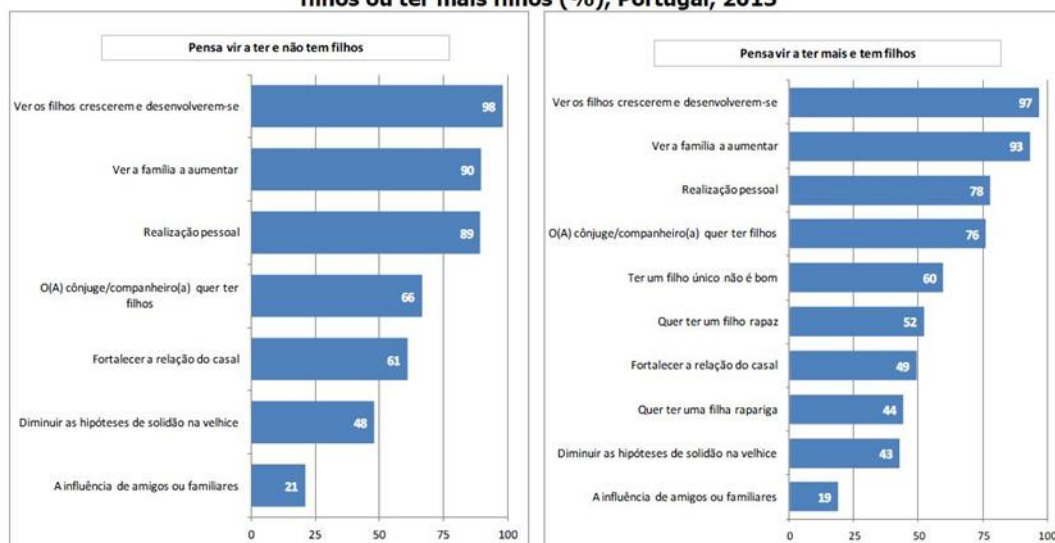
A maioria das pessoas não quer ter ou não quer ter mais filhos (58% das mulheres e 55% dos homens), a maior parte das quais já tem filhos. Quanto às que tencionam vir a ter ou ter mais filhos (41% das mulheres e 44% dos homens), a maior parcela ainda não tem”.

INE, 2013: 7

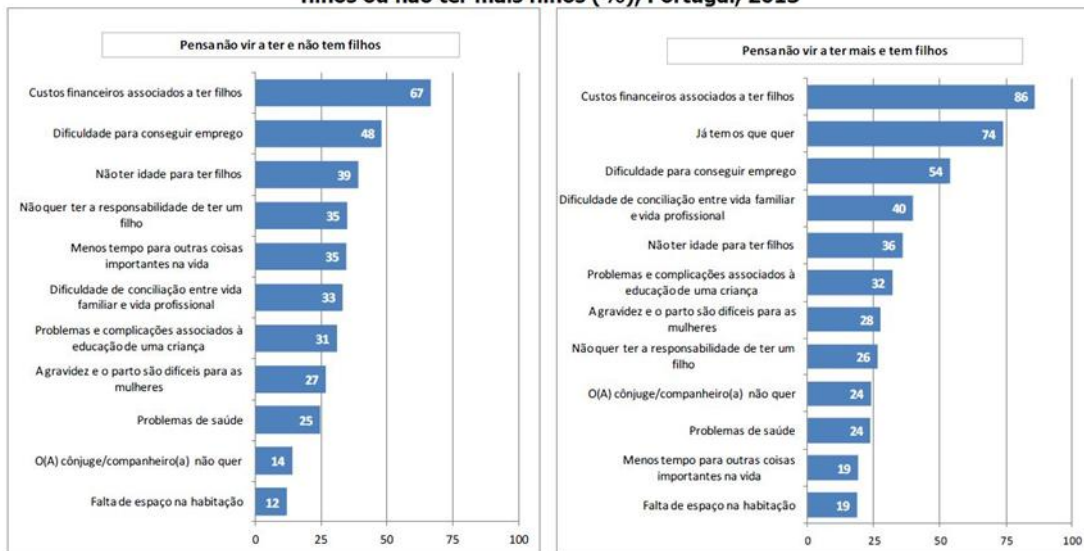
Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo os motivos apontados como importantes para a sua decisão de ter filhos ou ter mais filhos (%), Portugal, 2013



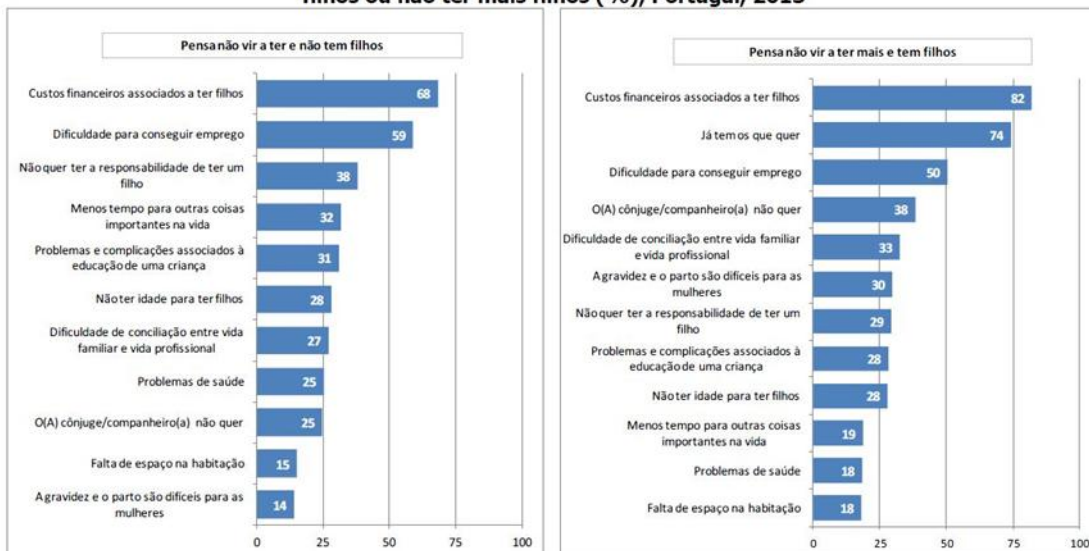
Homens dos 18 aos 54 anos, segundo os motivos apontados como importantes para a sua decisão de ter filhos ou ter mais filhos (%), Portugal, 2013



Mulheres dos 18 aos 49 anos, segundo os motivos que são importantes para a sua decisão de não ter filhos ou não ter mais filhos (%), Portugal, 2013



Homens dos 18 aos 54 anos, segundo os motivos que são importantes para a sua decisão de não ter filhos ou não ter mais filhos (%), Portugal, 2013



“Aumentar os rendimentos das famílias com filhos” foi a medida considerada como o mais importante incentivo à natalidade

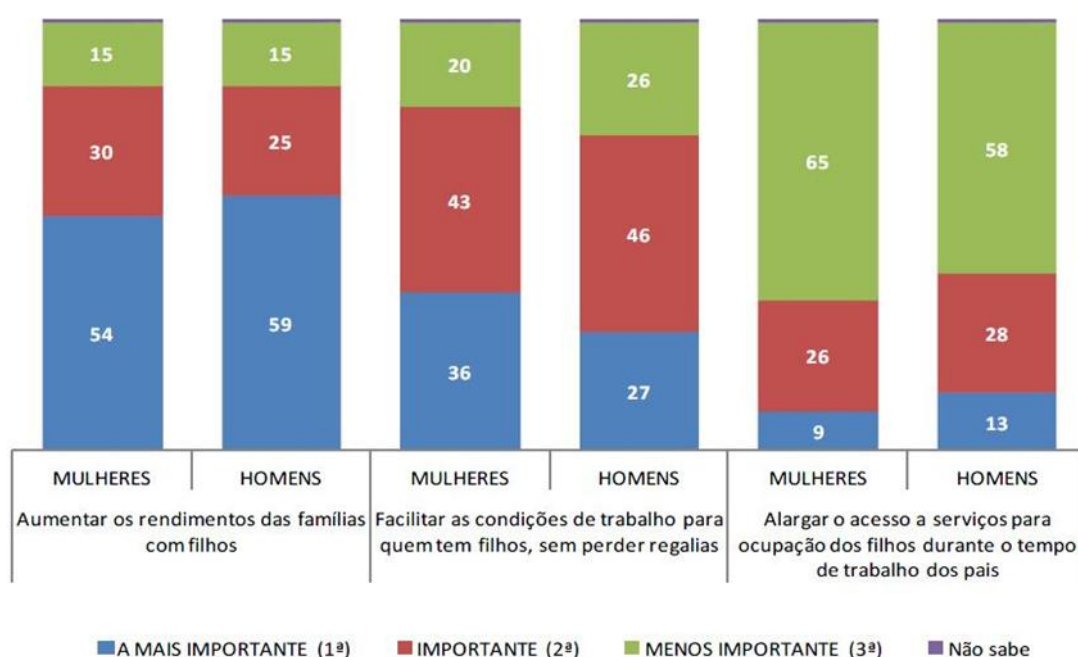
A quase totalidade das pessoas, quer os que não querem vir a ter filhos, quer os que tencionam vir a ter filhos, considera que devem existir incentivos à natalidade: cerca de 94% das mulheres e 92% dos homens. Este posicionamento é transversal a todos os escalões etários.

Relativamente às medidas de incentivo à natalidade, foram consideradas as seguintes opções:

- “Aumentar os rendimentos das famílias com filhos” (que incluía, por exemplo, “Reduzindo impostos sobre famílias com filhos”, “Aumentando as deduções fiscais para quem tem filhos”, “Aumentando subsídios relacionados com educação, saúde, habitação, alimentação”);
- “Facilitar as condições de trabalho para quem tem filhos, sem perder regalias”, (que incluía, por exemplo, “Oportunidade de trabalho a tempo parcial”, “Períodos de licenças de maternidade e paternidade mais alargados”, “Flexibilidade de horários para quem tem crianças pequenas”);
- “Alargar o acesso a serviços para ocupação dos filhos durante o tempo de trabalho dos pais” (que incluía, por exemplo, “Criar mais centros de atividades de tempos livres (ATL) fora dos horários escolares e durante as férias”, “Alargar o acesso a creches e jardins-de-infância para quem tem filhos pequenos”, “Assegurar o transporte das crianças para as creches, escolas e ATL”).

[INE, 2013: 11-12](#)

Medidas de incentivo à natalidade segundo o grau de importância, por sexo, Portugal, 2013



Nascimentos e Fecundidade (consulta dia 24/02/2014)

Números da Pordata. [Disponível on-line »](#)

Idade média da mãe ao nascimento de um filho em Portugal (consulta dia 24/02/2014)

Números da Pordata. [Disponível on-line »](#)

Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho em Portugal (consulta dia 24/02/2014)

Números da Pordata. [Disponível on-line »](#)

Indicadores de fecundidade: Índice sintético de fecundidade e taxa bruta de reprodução - Portugal (consulta dia 24/02/2014)

Números da Pordata, apresenta número médio de filhos por mulher. [Disponível on-line »](#)

Taxa de fecundidade por grupo etário em Portugal (consulta dia 27/02/2014)

Números da Pordata. [Disponível on-line »](#)

Taxa - ‰

Anos	Grupos etários						
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
+ 1960	26,2	148,7	177,6	133,4	94,4	42,5	3,5
+ 1970	32,7	158,8	190,4	123,5	79,1	33,6	3,2
+ 1980	42,5	145,7	131,0	76,1	37,7	15,2	1,9
+ 1990	23,9	88,9	107,1	61,8	23,3	5,7	0,5
2000	21,9	62,7	100,7	84,1	34,2	6,6	0,5
2001	20,8	56,3	92,6	80,8	33,6	6,6	0,4
2002	21,2	54,5	92,8	83,4	35,0	6,8	0,5
2003	20,1	51,6	89,4	84,7	35,7	7,1	0,4
2004	19,7	48,9	85,5	83,9	36,2	7,3	0,6
2005	19,2	48,6	85,0	85,6	37,8	7,4	0,5
2006	17,2	46,8	81,0	84,1	38,6	7,7	0,4
2007	17,0	45,5	78,2	83,0	39,5	7,4	0,3
2008	16,2	47,3	79,7	86,0	42,0	7,8	0,4
2009	15,4	45,1	76,0	83,1	41,4	8,0	0,5
2010	14,5	45,5	78,4	86,8	43,9	9,0	0,5
2011	13,3	40,5	75,1	86,3	45,3	9,3	0,4
2012	12,2	37,5	71,4	82,8	43,4	9,0	0,5

Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Última actualização: 2014-02-27

Natalidade, mortalidade infantil, fetal e perinatal - 2008/2012 (2012)

Da responsabilidade da Direção-Geral da Saúde. [Disponível on-line »](#)

Um retrato social de Portugal: uma leitura de evoluções ocorridas nos últimos anos - 2011 (2012)

Da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística: "Em Portugal, existe cada vez maior esperança média de vida à nascença. Nascem e morrem menos pessoas. Casa-se cada vez menos e mais tarde. As famílias têm cada vez menos filhos".

[Disponível on-line »](#)

Censo 2011 e evolução demográfica (2011)

Artigo de João M. Videira Amaral: "Sem contar com Portugal, as taxas de natalidade mais baixas da EU foram verificadas na Alemanha (7,9), na Áustria (9,1) e em Itália (9,5); e as mais elevadas, na Irlanda (16,8), no Reino Unido (12,8), e em França (12,7). No que respeita ao ISF em Portugal, no último decénio (2001-2011) manteve-se o que se vinha verificando já desde 1982: a renovação de gerações deixou de estar garantida, pois para que cada mãe procrie uma futura mãe é necessário que as mulheres tenham em média 2,1 filhos; ora, e este valor na atualidade (2010) é inferior (~1,3) ao do ano 1971(~2,9). Estes achados acompanham-se de outra realidade – idade média aquando do nascimento do primeiro filho cada vez maior (23 anos em 1986 e 28,8 em 2010)".

[Disponível on-line »](#)

State of World Population 2011 (2011)

Documento da responsabilidade do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA). Destacamos a página 119 com indicadores sobre Portugal.

[Disponível on-line »](#)



Enquadramento Legal

Lei n.º 142/99 de 31 de Agosto— Protecção da Maternidade e da Paternidade

Da responsabilidade da Assembleia da República, esta é a quarta alteração à [Lei n.º 4/84, de 5 de Abril](#):

"Paternidade e maternidade

- 1 — A maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes.
- 2 — Os pais e as mães têm direito à protecção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível ação em relação aos filhos, nomeadamente quanto à sua educação." (P. 4)

[Disponível on-line »](#)

Decreto-Lei nº 176/2003, de 2 de agosto

Da responsabilidade do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social:

- "1 — O presente diploma define e regulamenta a protecção na eventualidade de encargos familiares no âmbito do subsistema de protecção familiar.
- 2 — A protecção na eventualidade visa compensar os encargos decorrentes de situações geradoras de despesas para as famílias, especialmente previstas neste diploma.
- 3 — A protecção referida nos números anteriores realiza-se mediante a concessão de prestações pecuniárias".

[Disponível on-line »](#)

Lei n.º 4/2007 de 16 de Janeiro

Da responsabilidade da Assembleia da República, aprova as bases gerais do sistema de segurança social.

"Artigo 27.º

Promoção da natalidade

- 1—A lei deve estabelecer condições especiais de promoção da natalidade que favoreçam a conciliação entre a vida pessoal, profissional e familiar e atendam, em especial, aos tempos de assistência a filhos menores.
- 2—As condições a que se refere o número anterior podem consistir, designadamente, no desenvolvimento de equipamentos sociais de apoio na primeira infância, em mecanismos especiais de apoio à maternidade e à paternidade e na diferenciação e modulação das prestações". (P. 3)

[Disponível on-line »](#)

Lei n.º 83-A/2013 de 30 de dezembro

Da responsabilidade da Assembleia da República. É a primeira alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social. A SECÇÃO IV diz respeito ao subsistema de protecção familiar.

[Disponível on-line »](#)

Decreto-Lei n.º 308-A/2007 de 5 de Setembro

Da responsabilidade do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, o presente decreto-lei visa estabelecer, no âmbito do subsistema de proteção familiar, medidas de incentivo à natalidade e de apoio às famílias com maior número de filhos.

“A família constitui, no atual contexto sócio-económico, um espaço privilegiado de realização pessoal e de reforço da solidariedade intergeracional, sendo dever do Estado a cooperação, apoio e incentivo ao papel insubstituível que a mesma desempenha na comunidade.

Assim, tendo em linha de conta as atuais tendências demográficas que se prevêem para as décadas vindouras e que se traduzem num decréscimo significativo da taxa de natalidade, o XVII Governo Constitucional, no desenvolvimento das medidas previstas no respetivo programa e no acordo da reforma da segurança social, decidiu implementar um conjunto de medidas especificamente direcionadas para as famílias, criando incentivos adicionais, no sentido de controlar e contrariar essa realidade e os problemas dela resultantes.

Neste sentido, passa a ser reconhecido à mulher grávida o direito ao abono de família durante o período pré-natal, após a 12.ª semana de gestação. Por outro lado, numa ótica de reforço da proteção social conferida aos agregados familiares com maior número de filhos e de incentivo à natalidade, importa discriminar positivamente as famílias mais numerosas, através de uma majoração do abono de família para crianças e jovens, garantindo o prolongamento da proteção reforçada, que, neste momento, já é concedida a todas as crianças no 1.º ano de vida, durante os 2.º e 3.º anos de vida das mesmas, de forma a garantir uma maior eficácia económica da prestação num período em que o acréscimo de despesas é mais sensível.

Deste modo, o Governo propõe-se, através do presente decreto-lei, duplicar o valor do abono de família, durante este período de vida das crianças, em caso de nascimento do segundo titular do direito à prestação, inserido no mesmo agregado familiar, e triplicá-lo em caso de nascimento do terceiro e seguintes”.

[Disponível on-line »](#)



Decreto-lei n.º 133/2012, de 27 de junho

Da responsabilidade do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social: "A situação económica e financeira do País exige uma reavaliação dos regimes jurídicos das prestações do sistema de segurança social, quer do sistema previdencial quer do sistema de proteção social de cidadania, de forma a garantir que a proteção social seja efetivamente assegurada aos cidadãos mais carenciados sem colocar em causa a sustentabilidade financeira do sistema de segurança social.

Neste sentido, o XIX Governo Constitucional procede, no âmbito do sistema previdencial, à alteração dos regimes jurídicos de proteção nas eventualidades de doença, maternidade, paternidade e adoção e morte, no âmbito do subsistema de solidariedade, à revisão do regime jurídico do rendimento social de inserção e da lei da condição de recursos e, no âmbito do subsistema de proteção familiar, às alterações do regime jurídico da proteção na eventualidade de encargos familiares, introduzindo mecanismos que reforçam a equidade e a justiça na atribuição destas prestações".

Destacamos o texto a partir da página 25.

[Disponível on-line »](#)

Portaria n.º 249/2011, de 22 de junho

Da responsabilidade do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social:

"São aprovados, em anexo à presente portaria, que dela fazem parte integrante, os seguintes modelos:

- a) Requerimento do rendimento social de inserção, modelo RSI 1/2011-DGSS;
- b) Requerimento do abono de família pré-natal e do abono de família para crianças e jovens, modelo RP 5045/2011-DGSS;
- c) Declaração da composição e rendimentos do agregado familiar, modelo MG 8/2011-DGSS".

[Disponível on-line »](#)

Portaria n.º 1113/2010, de 28 de outubro

Da responsabilidade dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Trabalho e da Solidariedade Social: "(...) a presente portaria vem estabelecer os novos valores do abono de família".

[Disponível on-line »](#)



Getty Images



sxc.hu

Decreto-lei n.º 116/2010, de 22 de outubro

Da responsabilidade do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social: "O atual contexto económico internacional tem sido marcado pela necessidade de forte contenção dos défices públicos e pela tomada de medidas de austeridade por parte de vários países da União Europeia, nomeadamente, a Alemanha, Espanha, Irlanda, Grécia, Itália e França, a que Portugal não foi alheio. No seguimento das medidas já adotadas no âmbito dos Programas de Estabilidade e Crescimento e na sequência das recomendações da OCDE, torna-se necessário adotar novas medidas tendo em vista a consolidação da despesa pública e o objetivo de um défice de 7,3 % em 2010 e de 4,6 % em 2011. (...)

Neste contexto, e para além das medidas de redução da despesa e de aumento da receita apresentadas na proposta de lei do Orçamento de Estado para 2011, o Governo decidiu adotar as seguintes medidas de redução da despesa: (...) Em quarto lugar, determinou-se a alteração das regras relativas à atribuição de prestações familiares, que o presente decreto-lei vem concretizar. Assim, é eliminada a atribuição do abono de família em relação aos escalões mais elevados. Cessa, também, a majoração de 25 % para o valor do abono dos 1.º e 2.º escalões do abono, que havia sido fixada em 2008..."

[Disponível on-line »](#)

Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho

Da responsabilidade do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social: "O presente decreto-lei estabelece as regras para a determinação dos rendimentos, composição do agregado familiar e capitação dos rendimentos do agregado familiar para a verificação das condições de recursos a ter em conta no reconhecimento e manutenção do direito às seguintes prestações dos subsistemas de proteção familiar e de solidariedade:

- a) Prestações por encargos familiares;
- b) Rendimento social de inserção;
- c) Subsídio social de desemprego;
- d) Subsídios sociais no âmbito da parentalidade".

[Disponível on-line »](#)

Sites recomendados

[Direção-Geral da Saúde \(Natalidade\)](#)

[Apoios do Estado Português à Família](#)

[Fundo das Nações Unidas para a População \(UNFPA\)](#)

[Instituto Nacional de Estatística](#)

[Instituto Nacional de Estatística \(conceitos por tema "População"\)](#)

[Pordata](#)

